



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária

Prova Cargo A01, Tipo 1
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo;
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60;
 - apresenta tema para a Prova Discursiva.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.
- fazer a prova discursiva, usando para rascunho o espaço a ela reservado.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- A duração da prova é de 4 horas.
- Você deverá responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Julho/2005

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto abaixo.

A indiferença da natureza

Eu me lembro do choque e da irritação que sentia, quando criança, ao assistir a documentários sobre a violência do mundo animal; batalhas mortais entre escorpiões e aranhas, centenas de formigas devorando um lagarto ainda vivo, baleias assassinas atacando focas e pingüins, leões atacando antílopes etc. Para finalizar, apareciam as detestáveis hienas, “rindo” enquanto comiam os restos de algum pobre animal.

Como a Natureza pode ser assim tão cruel e insensível, indiferente a tanta dor e sofrimento? (Vou me abster de falar da dor e do sofrimento que a espécie dominante do planeta, supostamente a de maior sofisticação, cria não só para os animais, mas também para si própria.) Certos exemplos são particularmente horríveis: existe uma espécie de vespa cuja fêmea deposita seus ovos dentro de lagartas. Ela paralisa a lagarta com seu veneno, e, quando os ovos chocam, as larvas podem se alimentar das entranhas da lagarta, que assiste viva ao martírio de ser devorada de dentro para fora, sem poder fazer nada a respeito.

*A resposta é que a Natureza não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento. Por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples: a preservação de uma determinada espécie por meio da sobrevivência e da transmissão de seu material genético para as gerações futuras. Portanto, para entendermos as intenções da vespa ou do leão, temos que deixar de lado qualquer tipo de julgamento sobre a “humanidade” desses atos. Aliás, não é à toa que a palavra **humano**, quando usada como adjetivo, expressa o que chamaríamos de comportamento decente. Parece que isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento, embora não falem exemplos que mostram o quanto é fácil nos juntarmos ao resto dos animais em nossas ações “desumanas”.*

A idéia de compaixão é puramente humana. Predadores não sentem a menor culpa quando matam as suas presas, pois sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade. E dentro da mesma espécie? Para propagar seu DNA, machos podem batalhar até a morte por uma fêmea ou pela liderança do grupo. Mas aqui poderíamos também estar falando da espécie humana, não?

(Marcelo Gleiser, **Retalhos cósmicos**. S.Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 75-77)

1. Conforme demonstram as afirmações entre parênteses, o autor confere em seu texto estas duas acepções distintas ao termo *indiferença*, relacionado à Natureza:
 - (A) crueldade (*indiferente a tanta dor e sofrimento*) e generosidade (*o que chamaríamos de comportamento decente*).
 - (B) hipocrisia (*por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples*) e inflexibilidade (*predadores não sentem a menor culpa*).
 - (C) impiedade (*indiferente a tanta dor e sofrimento*) e alheamento (*não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento*).
 - (D) isenção (*isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento*) e pretexto (*para propagar seu DNA*).
 - (E) insensibilidade (*sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade*) e determinação (*indiferente a tanta dor e sofrimento*).

2. Considere as afirmações abaixo.
 - I. Os atributos relacionados às hienas, no primeiro parágrafo, traduzem nossa visão “humana” do mundo natural.
 - II. A pergunta que abre o segundo parágrafo é respondida com os exemplos arrolados nesse mesmo parágrafo.
 - III. A frase *A idéia de compaixão é puramente humana* é utilizada como comprovação da tese de que a natureza é cruel e insensível.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em:

 - (A) I.
 - (B) II.
 - (C) III.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.

3. Considerando-se o contexto em que se emprega, o **elemento em destaque** na frase
 - (A) **Vou me abster** de falar da dor e do sofrimento traduz a indiferença do autor em relação ao fenômeno que está analisando.
 - (B) *Por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples* revela o tom de sarcasmo, perseguido pelo autor.
 - (C) *a Natureza não tem nada a dizer sobre **compaixão ou ética de comportamento*** expõe os motivos ocultos que regem o mundo animal.
 - (D) *Mas **aqui** poderíamos também estar falando da espécie humana* refere-se diretamente ao que se afirmou na frase anterior.
 - (E) *Por trás **dessas ações** assassinas esconde-se um motivo simples* anuncia uma exemplificação que em seguida se dará.

<p>4. Considerando-se o choque e a irritação que o autor sentia, quando criança, com as cenas de crueldade do mundo animal, percebe-se que, com o tipo de argumentação que desenvolve em seu texto, ele pretende</p> <p>(A) justificar sua tolerância, no presente, com a crueldade que efetivamente existe no mundo natural.</p> <p>(B) se valer da ciência adquirida, para fazer compreender como natural a violência que efetivamente ocorre na Natureza.</p> <p>(C) se valer da ciência adquirida, para justificar a crueldade como um recurso necessário à propagação de todas as espécies.</p> <p>(D) justificar suas intolerâncias de menino, reações naturais diante da efetiva crueldade que se propaga pelo mundo animal.</p> <p>(E) se valer da ciência adquirida, para apresentar a hipótese de que os valores morais e éticos contam muito para o funcionamento da Natureza.</p>	<p>7. Está inteiramente adequada a articulação entre os tempos verbais na seguinte frase:</p> <p>(A) Predadores não sentirão a menor culpa a cada vez que matarem uma presa, pois sabem que sua sobrevivência sempre dependerá dessa atividade.</p> <p>(B) Se predadores hesitassem a cada vez que tiveram de matar uma presa, terão posto em risco sua própria sobrevivência, que depende da caça.</p> <p>(C) Nunca faltarão exemplos que deixassem bem claro o quanto é fácil que nos viessem a associar aos animais, em nossas ações “desumanas”.</p> <p>(D) Por trás dessas ações assassinas sempre houve um motivo simples, que estará em vir a preservar uma determinada espécie quando se for estar transmitindo o material genético.</p> <p>(E) Ao paralisar a lagarta com veneno, a vespa terá depositado seus ovos nela, e as larvas logo se alimentariam das entranhas da lagarta, que nada poderá ter feito para impedi-lo.</p>
<p>5. Quanto à concordância verbal, está inteiramente correta a seguinte frase:</p> <p>(A) De diferentes afirmações do texto podem-se depreender que os atos de grande violência não caracterizam apenas os animais irracionais.</p> <p>(B) O motivo simples de tantos atos supostamente cruéis, que tanto impressionaram o autor quando criança, só anos depois se esclareceram.</p> <p>(C) Ao longo dos tempos tem ocorrido incontáveis situações que demonstram a violência e a crueldade de que os seres humanos se mostram capazes.</p> <p>(D) A todos esses atos supostamente cruéis, cometidos no reino animal, aplicam-se, acima do bem e do mal, a razão da propagação das espécies.</p> <p>(E) Depois de paralisadas as lagartas com o veneno das vespas, advirá das próprias entranhas o martírio das larvas que as devoram inapelavelmente.</p>	<p>8. Temos <u>que deixar de lado</u> qualquer tipo de julgamento sobre a “humanidade” desses atos.</p> <p>O segmento sublinhado no período acima pode ser corretamente substituído, sem prejuízo para o sentido, por</p> <p>(A) nos isentarmos a.</p> <p>(B) nos eximir para.</p> <p>(C) nos abster de.</p> <p>(D) subtrair-nos em</p> <p>(E) furtar-nos com.</p>
<p>6. NÃO admite transposição para a voz passiva o seguinte segmento do texto:</p> <p>(A) <i>centenas de formigas devorando um lagarto.</i></p> <p>(B) <i>ao assistir a documentários sobre a violência do mundo animal.</i></p> <p>(C) <i>uma espécie de vespa cuja fêmea deposita seus ovos dentro de lagartas.</i></p> <p>(D) <i>Predadores não sentem a menor culpa.</i></p> <p>(E) <i>quando matam as suas presas.</i></p>	<p>9. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Paralisada pelo veneno da vespa nada pode fazer, a lagarta, a não ser assistir viva à sua devoração, pelas larvas, que saem dos ovos ali chocados.</p> <p>(B) Nada pode fazer, a lagarta paralisada, pelo veneno da vespa, senão assistir viva, à sua devoração pelas larvas que saem dos ovos, e passam a se alimentar, das entranhas da vítima.</p> <p>(C) A pobre lagarta, paralisada pelo veneno da vespa assiste sem nada poder fazer, à sua devoração pelas larvas, tão logo saiam estas dos ovos, que, a compulsória hospedeira, ajudou a chocar.</p> <p>(D) Compulsória hospedeira, paralisada pelo veneno da vespa, a pobre lagarta assiste à devoração de suas próprias entranhas pelas larvas, sem poder esboçar qualquer tipo de reação.</p> <p>(E) Sem qualquer poder de reação, já que paralisada pelo veneno da vespa a lagarta, compulsoriamente, chocará os ovos, e depois se verá sendo devorada, pelas larvas que abrigou em suas entranhas.</p>

<p>10. Atente para as frases abaixo.</p> <p>I. Quando criança assistia a documentários sobre a vida selvagem.</p> <p>II. Tais documentários me irritavam.</p> <p>III. Nesses documentários exibiam-se cenas de extrema violência.</p> <p>Essas frases estão articuladas de modo correto e coerente no seguinte período:</p> <p>(A) Irritavam-me aqueles documentários sobre a vida selvagem que assisti quando criança, nos quais continham cenas que exibiam extrema violência.</p> <p>(B) Naqueles documentários sobre a vida selvagem, a que quando criança assistia, me irritava, conquanto exibissem cenas de extrema violência.</p> <p>(C) Uma vez que exibiam cenas de extrema violência, irritava-me com aqueles documentários sobre a vida selvagem, assistidos quando criança.</p> <p>(D) As cenas de extrema violência me irritavam, quando criança, por assistir tais documentários sobre a vida selvagem, em que eram exibidas.</p> <p>(E) Os documentários sobre a vida selvagem, a que assistia quando era criança, irritavam-me porque neles eram exibidas cenas de extrema violência.</p>	<p>12. Está correto o emprego de ambos os elementos sublinhados em:</p> <p>(A) O autor se pergunta <u>por que</u> haveriam de ser cruéis os animais que aspiram <u>à</u> propagação da espécie.</p> <p>(B) Quando investigamos o <u>por quê</u> da suposta crueldade animal, parece <u>de que</u> nos esquecemos da nossa efetiva crueldade.</p> <p>(C) <u>À</u> lagarta, <u>de cujo</u> ventre abriga os ovos da vespa, só caberá assistir ao martírio de sua própria devoração.</p> <p>(D) Se a idéia de compaixão é puramente humana, não há <u>porque</u> imputarmos <u>nos</u> animais qualquer traço de crueldade.</p> <p>(E) Os bichos <u>a cujos</u> atribuímos atos cruéis não fazem senão lançar-se <u>na</u> luta pela sobrevivência.</p>
<p>11. Há uma relação de causa (I) e consequência (II) entre as ações expressas nas frases destacadas em:</p> <p>(A) I. <i>Para entendermos as intenções da vespa,</i> II. <i>temos que deixar de lado qualquer tipo de julgamento.</i></p> <p>(B) I. <i>Para finalizar,</i> II. <i>apareciam as detestáveis hienas.</i></p> <p>(C) I. <i>Isentamos o resto do mundo animal desse tipo de comportamento,</i> II. <i>embora não faltem exemplos que mostram o quanto é fácil nos juntarmos ao resto dos animais.</i></p> <p>(D) I. <i>as larvas podem se alimentar das entranhas da lagarta,</i> II. <i>que assiste viva ao martírio de ser devorada de dentro para fora.</i></p> <p>(E) I. <i>Predadores não sentem a menor culpa,</i> II. <i>quando matam as suas presas.</i></p>	<p>13. O emprego das aspas em “rindo” (primeiro parágrafo) deve-se ao fato de que o autor deseja</p> <p>(A) remeter o leitor ao sentido mais rigoroso que essa palavra tem no dicionário.</p> <p>(B) chamar a atenção para a impropriedade da aplicação desse termo, no contexto dado.</p> <p>(C) dar ênfase, tão-somente, ao uso dessa palavra, como se a estivesse sublinhando ou destacando em negrito.</p> <p>(D) assinalar o emprego despropositado de um termo que a ninguém, habitualmente, ocorreria utilizar.</p> <p>(E) precisar o sentido contrário, a significação oposta à que o termo tem no seu emprego habitual.</p> <p>14. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do plural para preencher corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) Não se (atribuir) às lagartas a crueldade dos humanos, por depositarem os ovos no interior das vespas.</p> <p>(B) O que (impelir) os animais a agirem como agem são seus instintos herdados, e não uma intenção cruel.</p> <p>(C) Não se (equiparar) às violências dos machos, competindo na vida selvagem, a radicalidade de que é capaz um homem enciumado.</p> <p>(D) (caracterizar-se), em algumas espécies animais, uma modalidade de violência que interpretamos como crueldade.</p> <p>(E) (ocultar-se) na ação de uma única vespa os ditames de um código genético comum a toda a espécie.</p>

15. Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado pode ser substituído pelo que está entre parênteses, sem prejuízo para o sentido e a correção da frase, em:

- (A) Por trás dessas ações assassinas se esconde um motivo simples. (Nessas ações assassinas infiltra-se)
- (B) Apareciam as detestáveis hienas, "rindo" enquanto comiam os restos de algum pobre animal. (à medida em que devoravam os detritos)
- (C) A idéia de compaixão é puramente humana. (restringe-se à espécie humana)
- (D) Sua sobrevivência e a da sua espécie dependem dessa atividade. (são permeáveis a tais iniciativas)
- (E) A Natureza não tem nada a dizer sobre compaixão ou ética de comportamento. (dissimula seu interesse por)

16. Memória de alta velocidade, normalmente composta por registradores, que contribui para aumento de velocidade em operações repetidas:

- (A) Disco óptico.
- (B) RAM.
- (C) ROM.
- (D) HD (*winchester*).
- (E) Cache.

17. Para mover um arquivo de uma pasta para outra (recortar e colar), usando teclas de atalho padrão do Microsoft Windows, usa-se as seguintes combinações, respectivamente:

- (A) CTRL+V e CTRL+C
- (B) CTRL+C e CTRL+V
- (C) CTRL+X e CTRL+V
- (D) CTRL+V e CTRL+X
- (E) CTRL+C e CTRL+X

18. Um usuário ao selecionar um segmento de um texto no Microsoft Word 2002, versão em Português e configuração padrão do fabricante, percebe que o campo "fonte" na barra de ferramentas formatação aparenta estar desabilitado ou em branco. Poderia justificar esta ocorrência:

- (A) problemas na instalação do aplicativo.
- (B) texto selecionado possui mais do que um único tipo de fonte.
- (C) seleção do texto feita de modo incorreto pelo usuário.
- (D) usuário selecionou o texto usando o teclado e não o *mouse*.
- (E) usuário selecionou o texto usando o *mouse* e não o teclado.

19. A figura abaixo foi extraída do Microsoft Excel 2002, versão em Português e configuração padrão do fabricante.

	A	B	C
1	1	2	3
2	4	5	6
3	7	8	9
4	10	11	12
5	13	14	16
6	17	18	19
7	20	21	22

Se na célula D9 (não mostrada na figura) tivermos a fórmula =SOMA(A1:A3,A3:C3,C3:C5), seu valor conterá o seguinte resultado:

- (A) erro
- (B) 49
- (C) 57
- (D) 73
- (E) 253

20. Selecione a melhor forma de privacidade para dados que estejam trafegando em uma rede:

- (A) Criptografia.
- (B) Chaves de segurança e bloqueio de teclados.
- (C) Emprego de sistema de senhas e autenticação de acesso.
- (D) Métodos de *Backup* e recuperação eficientes.
- (E) Desativação da rede e utilização dos dados apenas em "papel impresso".

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público é característica essencial do poder
- (A) disciplinar.
 - (B) de gestão.
 - (C) de polícia.
 - (D) discricionário.
 - (E) vinculado.

22. Considerando as normas previstas na Lei nº 9.784/99, em não havendo definição de competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante
- (A) a autoridade com menor grau hierárquico para decidir.
 - (B) a autoridade com competência mais próxima e análoga.
 - (C) a autoridade com maior grau hierárquico para decidir.
 - (D) a autoridade que despachar em primeiro lugar.
 - (E) qualquer autoridade que tomar conhecimento do fato.

23. A respeito da invalidação dos atos administrativos, é correto afirmar que a
- (A) Administração Pública não pode declarar inválido um ato administrativo, pois lhe é vedado o controle da legalidade.
 - (B) revogação do ato administrativo legal e eficaz incumbe exclusivamente à Administração Pública e produzirá efeito *ex tunc*.
 - (C) revogação pode ser declarada tanto pela Administração Pública, quanto pelo Poder Judiciário, quando provocado.
 - (D) ilegalidade e a ineficácia são pressupostos da revogação do ato administrativo.
 - (E) revogação do ato administrativo legal e eficaz incumbe exclusivamente à Administração Pública e produzirá efeito *ex nunc*.

24. Nos termos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, o servidor público que coage seu subordinado, para filiar-se a determinada associação profissional, está sujeito à penalidade administrativa disciplinar de
- (A) demissão.
 - (B) advertência.
 - (C) suspensão de até 15 (quinze) dias.
 - (D) demissão do cargo comissionado.
 - (E) suspensão superior a 15 (quinze) dias.

25. A respeito da acumulação de cargos, considere as proposições abaixo.
- I. A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.
 - II. A proibição de acumular não se estende às sociedades de economia mista.
 - III. O servidor público que acumular lícitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, sempre ficará afastado de ambos os cargos efetivos.
 - IV. Ainda que lícita, a acumulação de cargos fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

26. Nos termos da Lei nº 8.666/93, considera-se inexigível a licitação para a contratação de serviço
- (A) na hipótese de licitação deserta e não sendo possível novo certame sem prejuízo para a Administração.
 - (B) de publicidade e divulgação.
 - (C) de impressão de diário oficial.
 - (D) de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada.
 - (E) de engenharia no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

27. O Ministério Público poderá apreender documentos que se encontram na casa de determinado suspeito, e que comprovem atividade ilícita,
- (A) somente durante o dia, mediante autorização judicial.
 - (B) a qualquer hora do dia ou da noite, mediante autorização judicial.
 - (C) durante o dia, mesmo sem autorização judicial, desde que aja por autoridade própria.
 - (D) a qualquer hora, mesmo durante o período noturno, sem necessidade de autorização judicial.
 - (E) durante o dia, invocando sua autoridade própria e durante a noite, mediante autorização judicial.

<p>28. Quanto à inelegibilidade reflexa, é correto afirmar:</p> <p>(A) Um Senador, após transferir seu domicílio eleitoral para a capital de outro Estado, onde seu pai é Governador, poderá se candidatar ao cargo de Deputado dessa unidade da Federação.</p> <p>(B) O filho de Governador de Estado poderá se candidatar ao cargo de Deputado Federal da mesma unidade da Federação.</p> <p>(C) A esposa do Presidente da República poderá concorrer ao cargo de Vereadora de qualquer município.</p> <p>(D) O neto de Governador de Estado somente poderá disputar a eleição para Senador por esse Estado se já for titular do mesmo mandato nessa circunscrição.</p> <p>(E) A esposa do Prefeito de uma capital não pode se candidatar ao cargo de Governadora do mesmo Estado, em virtude de impedimento constitucional.</p>	<p>31. Ocorrendo sanção tácita e não sendo a lei promulgada dentro do prazo legal pelo Presidente da República, caberá ao</p> <p>(A) Presidente do Senado promulgá-la dentro de quarenta e oito horas.</p> <p>(B) Vice-Presidente da República promulgá-la em até quinze dias.</p> <p>(C) Presidente da Câmara dos Deputados promulgá-la em até quinze dias.</p> <p>(D) Presidente do Congresso Nacional promulgá-la em até trinta dias.</p> <p>(E) Presidente do Supremo Tribunal Federal promulgá-la em até dez dias.</p>
<p>29. O Conselho Nacional do Ministério Público será formado por</p> <p>(A) quatorze membros nomeados pelo Procurador-Geral da República, com mandato de dois anos, admitida a recondução.</p> <p>(B) quinze membros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos de idade, com mandato de um ano, admitida uma recondução.</p> <p>(C) quinze membros, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>(D) dez membros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>(E) quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.</p>	<p>32. O Presidente da República</p> <p>(A) somente será julgado por crime comum ou de responsabilidade após autorização de dois terços do Senado Federal.</p> <p>(B) ficará suspenso de suas funções, nas infrações penais comuns, após a instauração do processo pelo Senado Federal.</p> <p>(C) não poderá ser responsabilizado na vigência de seu mandato por atos estranhos ao exercício de suas funções.</p> <p>(D) ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) poderá ser preso preventivamente durante o transcorrer do processo por infração comum.</p>
<p>30. Analise as proposições abaixo.</p> <p>I. A ação direta de inconstitucionalidade resta prejudicada se a lei impugnada for revogada antes do término do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>II. Lei municipal que contrarie a Constituição Federal pode ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>III. Em sede de controle concentrado, declarada a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual, a decisão terá efeito <i>ex tunc</i> e <i>erga omnes</i>.</p> <p>IV. A ação direta de inconstitucionalidade de lei editada anteriormente à atual Constituição Federal deve ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I, II e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>33. Tício é presidente de autarquia e Paulus é diretor de sociedade de economia mista. Para candidatarem-se ao cargo de Prefeito Municipal da cidade onde exercem tais atividades, devem desincompatibilizar-se no prazo de</p> <p>(A) 3 meses antes do pleito.</p> <p>(B) 4 meses antes do pleito.</p> <p>(C) 6 meses antes do pleito.</p> <p>(D) 4 meses e 3 meses antes do pleito, respectivamente.</p> <p>(E) 6 meses e 4 meses antes do pleito, respectivamente.</p> <p>34. A respeito da propaganda eleitoral, é certo que</p> <p>(A) as empresas de publicidade dividirão os espaços disponíveis em <i>outdoors</i>, mediante sorteio entre os Partidos, sem a participação da Justiça Eleitoral.</p> <p>(B) a propaganda eleitoral gratuita no rádio ou na televisão está sujeita à prévia censura da Justiça Eleitoral, bem como a cortes instantâneos.</p> <p>(C) a liberdade de imprensa possibilita que, após o dia 1º de julho do ano das eleições, sejam divulgados filmes e novelas com alusão ou crítica a candidato.</p> <p>(D) as empresas de rádio e televisão, a partir de 1º de julho do ano das eleições, podem divulgar pesquisa eleitoral com a identificação dos entrevistados.</p> <p>(E) é permitida, até o dia das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, até o espaço máximo previsto em lei.</p>

<p>35. A respeito do direito de resposta no horário eleitoral gratuito, é INCORRETO afirmar que,</p> <p>(A) se o ofendido for candidato, partido ou coligação que tenha usado o tempo concedido sem responder aos fatos veiculados na ofensa, terá subtraído tempo idêntico do respectivo programa eleitoral.</p> <p>(B) no horário destinado ao partido ou coligação responsável pela ofensa, a resposta será veiculada, devendo necessariamente dirigir-se aos fatos nela veiculados.</p> <p>(C) sendo vedada desde 48 horas antes da eleição qualquer propaganda política mediante radiodifusão e televisão, nesse prazo não poderá ser exercido o direito de resposta.</p> <p>(D) se o tempo reservado ao partido ou coligação responsável pela ofensa for inferior a um minuto, a resposta será levada ao ar tantas vezes quantas sejam necessárias para sua complementação.</p> <p>(E) para veiculação no programa subsequente do partido ou coligação em cujo horário se praticou a ofensa, o meio magnético com a resposta deverá ser entregue à emissora geradora até 36 horas após a ciência da decisão.</p>	<p>38. Télió, no dia das eleições, levou seus 11 filhos e 6 netos, todos residentes na zona rural a mais de 3 km das mesas receptoras, para os locais em que deveriam exercer o direito de voto, na Kombi de sua propriedade, que normalmente utiliza em seu trabalho. Esse transporte</p> <p>(A) é lícito e regular, posto que feito em veículo de uso individual do proprietário, para o exercício do próprio voto e dos membros de sua família.</p> <p>(B) é proibido, porque a lei não permite o transporte gratuito de eleitores residentes na zona rural a mais de 2 km das mesas receptoras.</p> <p>(C) é proibido porque a lei não permite, no dia das eleições, o transporte de mais de 6 eleitores por veículo da zona rural até as mesas receptoras.</p> <p>(D) é proibido, porque, no dia das eleições, só pode ser feito o transporte de eleitores da zona rural para a zona urbana sem finalidade eleitoral.</p> <p>(E) só é permitido se, 15 dias antes do pleito, tiver obtido autorização da Justiça Eleitoral para realizar o transporte.</p>
<p>36. Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de, pelo menos, um ano antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo. Havendo fusão ou incorporação de partidos após o referido prazo,</p> <p>(A) será considerada, para efeito de filiação partidária, a data da fusão ou incorporação do partido.</p> <p>(B) será considerada, para efeito de filiação partidária, a data de filiação do candidato ao partido de origem.</p> <p>(C) os candidatos dos partidos fundidos ou incorporados só poderão concorrer às eleições proporcionais.</p> <p>(D) os candidatos dos partidos fundidos ou incorporados só poderão concorrer às eleições majoritárias.</p> <p>(E) nenhum dos partidos resultantes da fusão ou incorporação poderá concorrer às eleições.</p>	<p>39. O recurso contra a apuração</p> <p>(A) não precisará indicar, expressamente, a eleição a que se refere, mesmo quando ocorrerem eleições simultâneas.</p> <p>(B) será interposto apenas por escrito e deverá ser fundamentado no prazo de 72 horas, para que tenha seguimento.</p> <p>(C) não será admitido se não tiver havido impugnação perante a Junta, no ato da apuração, contra as nulidades argüidas.</p> <p>(D) só poderá ser interposto pelos partidos e coligações, através dos respectivos delegados, não tendo os fiscais e candidatos legitimidade para fazê-lo.</p> <p>(E) deverá ser instruído com peças fornecidas pelo próprio recorrente, vedada a instrução de ofício através de certidão do boletim e da decisão recorrida.</p>
<p>37. A respeito da fiscalização perante as mesas receptoras, através de fiscais e delegados de partido, é correto afirmar que</p> <p>(A) o fiscal não pode ser nomeado para fiscalizar mais de uma Seção Eleitoral, no mesmo local de votação.</p> <p>(B) a escolha de fiscais e delegados poderá recair em pessoa menor de dezoito anos, desde que maior de dezesseis.</p> <p>(C) pode ser escolhido fiscal ou delegado pessoa que já faça parte da Mesa Receptiva, por escolha do Juiz Eleitoral.</p> <p>(D) as credenciais dos fiscais serão expedidas, exclusivamente, pelos partidos ou coligações.</p> <p>(E) cabe ao Juiz Eleitoral, com exclusividade, a expedição de credenciais de delegados.</p>	<p>40. No processo penal eleitoral,</p> <p>(A) apresentada a denúncia, o réu será citado para apresentar defesa preliminar e arrolar até 3 testemunhas, sendo que, após a inquirição das mesmas, o juiz decidirá se recebe ou não a denúncia.</p> <p>(B) apresentada a denúncia, o réu será citado para, pessoalmente ou através de seu defensor, oferecer defesa preliminar no prazo de 10 dias, após o que o juiz decidirá se recebe ou não a denúncia.</p> <p>(C) recebida a denúncia, o réu será citado para interrogatório, seguindo-se o prazo de 3 dias, que correrá em cartório, para oferecimento de defesa prévia, pessoalmente ou através de seu defensor.</p> <p>(D) apresentada a denúncia, o réu será citado para interrogatório e apresentará, pessoalmente ou por seu defensor, defesa preliminar no prazo de 15 dias, após o que o juiz decidirá se recebe ou não a denúncia.</p> <p>(E) recebida a denúncia, colhido o depoimento pessoal do acusado e feita a citação, este terá o prazo de 10 dias para, pessoalmente ou através de seu defensor, oferecer alegações escritas e arrolar testemunhas.</p>

<p>41. Considere as proposições a respeito da impugnação de registro de candidatura.</p> <p>I. Caberá a qualquer candidato, partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 dias contados da publicação de pedido de registro de candidato, impugná-lo em petição fundamentada.</p> <p>II. A impugnação por parte de candidato, partido político ou coligação impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.</p> <p>III. O impugnante pode arrolar, se for o caso, até 3 testemunhas para confirmarem a veracidade do alegado.</p> <p>IV. A partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após devida notificação, o prazo de 7 dias para que o candidato, partido ou coligação possa contestá-la.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I e IV. (C) I, II e III. (D) II, III e IV. (E) II e IV.</p>	<p>44. Compete aos Tribunais Regionais Eleitorais processar e julgar originariamente</p> <p>(A) os conflitos de jurisdição criminal entre juízes de diferentes Estados. (B) os crimes eleitorais ou comuns cometidos pelos juízes do próprio Tribunal. (C) os crimes comuns cometidos por membros de Mesa Receptora de votos. (D) os <i>habeas corpus</i> em matéria eleitoral relativos a atos de Ministros de Estado. (E) a suspeição, em matéria criminal, dos membros do próprio Tribunal.</p>
<p>42. Recebendo um inquérito policial relativo à infração penal eleitoral, o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar denúncia, requereu o arquivamento. O Juiz Eleitoral, considerando improcedentes as razões invocadas, ordenou a remessa dos autos ao Procurador Regional Eleitoral, que, no entanto, insistiu no pedido de arquivamento. Nesse caso, o Juiz Eleitoral</p> <p>(A) remeterá os autos ao Ministério Público Estadual para oferecimento de denúncia. (B) poderá baixar Portaria para instauração de ação penal pela infração penal em questão. (C) ordenará a intimação da vítima para, querendo, oferecer queixa-crime, instaurando a ação penal privada. (D) estará obrigado, mesmo contra a sua convicção, a atender e a determinar o arquivamento dos autos. (E) devolverá os autos ao Procurador Regional Eleitoral que designará outro Promotor Eleitoral para oferecer denúncia.</p>	<p>45. Considerando as normas previstas na Lei de Introdução ao Código Civil, analise as proposições abaixo.</p> <p>I. Em nenhuma hipótese, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência. II. As correções em texto de lei já em vigor consideram-se lei nova e, a contagem do prazo para a vigência da lei começará a correr da nova publicação, se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, com o propósito de correção. III. A lei do país em que for domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. IV. A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar quanto ao ônus e aos meios de produzir-se e, por isso, os tribunais brasileiros admitem provas que a lei brasileira desconhece.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II. (B) I, II e III. (C) II e III. (D) II, III e IV. (E) III e IV.</p>
<p>43. As transgressões pertinentes à origem de valores patrimoniais, abusos do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, nas eleições estaduais, serão apuradas</p> <p>(A) mediante procedimento sumaríssimo de investigação judicial realizada pelos Corregedores Regionais Eleitorais. (B) através de ação penal privada, ajuizada por qualquer candidato, partido político ou coligação. (C) através de inquérito policial instaurado pelo Delegado de Polícia da sede do diretório do partido político a que pertencer o candidato. (D) mediante inquérito civil, instaurado pelo Ministério Público, em face da representação de candidato, partido político ou coligação. (E) através de ação penal pública, instaurada no foro da sede do partido a que pertencer o candidato, mediante denúncia do Ministério Público.</p>	<p>46. José, ao reformar sua casa, resolveu demolir dois cômodos e cortar duas árvores frutíferas do quintal para possibilitar o aumento de área de uma edícula ali existente. Os galhos e troncos foram serrados, enfeixados e amontoados próximos à churrasqueira, com o fim de servirem como lenha. As janelas retiradas dos cômodos demolidos foram encostadas no muro da divisa, para serem reaproveitadas na edícula. Nesse caso,</p> <p>(A) a casa de José é um bem imóvel, assim como as duas árvores frutíferas, apesar de cortadas, uma vez que eram acessório do solo. (B) apenas a casa de José é um bem imóvel. (C) a casa de José é um bem imóvel, assim como os galhos, os troncos e as janelas. (D) as árvores, porque frutíferas, são bens móveis por antecipação. (E) a casa de José é um bem imóvel, assim como as janelas.</p>

47. A respeito das obrigações de dar, considere as proposições abaixo.

- I. Na obrigação de dar coisa certa, se a coisa se perder, antes da tradição, ou pendente a condição suspensiva, sem culpa do devedor, não será ele responsável pelo equivalente e mais perdas e danos, mas deverá devolver ao credor o que já houver recebido pelo negócio.
- II. Na obrigação de dar coisa incerta, esta deverá ser especificada, ao menos, pelo gênero e quantidade, cabendo, em regra, ao devedor a escolha; não poderá ele, contudo, dar a coisa pior, nem será obrigado a entregar a melhor.
- III. Deteriorada a coisa e não sendo o devedor culpado, se o credor optar em aceitar a coisa não poderá abater de seu preço o valor que perdeu.
- IV. Deteriorada a coisa e sendo o devedor culpado, se o credor aceitar a coisa no estado em que se acha, poderá reclamar indenização das perdas e danos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II, III e IV.

48. O exercício de um direito não pode ficar pendente indefinidamente. Por isso, violado um direito, se o respectivo titular deixar de exercê-lo no prazo legal, a pretensão de fazer valer o direito se extinguirá. Tal conceito refere-se ao instituto da prescrição e, segundo o Código Civil Brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- (A) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes, mas, se não houver prejuízo de terceiros, a renúncia da prescrição manifestada após o decurso do prazo prescricional poderá ser válida.
- (B) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita e, ao juiz sempre será vedado, de ofício, suprir a alegação de prescrição.
- (C) Não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes, nem entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal, bem ainda, quando pendente ação de evicção.
- (D) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor e, havendo causa interruptiva, o prazo recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
- (E) Quando o direito à pretensão se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

49. Com relação aos recursos, é INCORRETO afirmar:

- (A) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso apresentado sem a anuência do recorrido.
- (B) Os despachos de mero expediente são irrecorríveis.
- (C) A renúncia ao direito de recorrer independe da aceitação da outra parte.
- (D) O pagamento de determinada quantia estipulada em sentença, por parte do réu, não impede que este apele dentro do prazo de dez dias.
- (E) O Ministério Público detém legitimidade para apresentar recursos nos processos em que oficia como fiscal da lei.

50. Analise as proposições abaixo.

- I. É possível a concessão da tutela antecipada quando um dos pedidos cumulados mostrar-se incontroverso.
- II. A tutela antecipada objetiva assegurar e proteger a futura eficácia do provimento final.
- III. Concedida a antecipação dos efeitos da tutela pretendida na inicial, o juiz somente poderá revogá-los por meio da sentença.
- IV. Não será concedida a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

51. Proposta uma ação cautelar preparatória, a parte terá o prazo

- (A) de trinta dias para executar a medida e, efetivada a cautelar, outros trinta dias para propor a ação principal.
- (B) único de trinta dias para executar a medida e propor a ação principal.
- (C) de sessenta dias para executar a medida e trinta dias para propor a demanda principal.
- (D) comum de quinze dias para executar a medida e propor a ação principal.
- (E) de quinze dias para propor a ação principal, quando então deverá executar a medida em até trinta dias.

<p>52. No que tange às citações,</p> <p>(A) o militar em serviço sempre será citado na unidade em que estiver servindo.</p> <p>(B) não se admite a citação pelo correio no processo de execução.</p> <p>(C) cabe à parte promover a citação do réu nos quinze dias subseqüentes ao despacho que a ordenar.</p> <p>(D) o incapaz poderá ser citado pelo correio ou por oficial de justiça.</p> <p>(E) o brasileiro residente em país que se recusa a dar cumprimento de carta rogatória será citado por edital.</p>	<p>55. Armando, do comércio ambulante, utiliza-se de artifício ardiloso e fraudulento e convence Eugênio a entregar um aparelho de "DVD" para Estela. Após a entrega desse aparelho, Estela desaparece, levando consigo, o referido "DVD" no que resulta prejuízo patrimonial para Eugênio. Entretanto, Estela não estimulou a conduta de Armando, mas ao receber esse aparelho tinha conhecimento de que fora obtido pelos meios ilícitos acima apontados. Nesses casos, Armando e Estela respondem, respectivamente, pelos crimes de</p> <p>(A) estelionato e disposição de coisa alheia como própria.</p> <p>(B) fraude na entrega de coisa e estelionato.</p> <p>(C) fraude no comércio e apropriação indébita.</p> <p>(D) estelionato e receptação.</p> <p>(E) fraude na entrega de coisa e disposição de coisa alheia como própria.</p>
<p>53. No que se refere aos elementos da infração penal, considere os tipos abaixo.</p> <p>I. Aquele em que a lei incrimina alternativamente várias formas de conduta dentro do mesmo tipo a exemplo de destruir, subtrair, ou ocultar cadáver.</p> <p>II. Aquele em que define uma causa excludente de criminalidade, como a legítima defesa ou o estado de necessidade.</p> <p>III. Aquele em que a tipicidade só pode ser avaliada com o auxílio de um outro tipo, chamado tipo de extensão ou tipo secundário, ou, ainda, de um critério de extensão.</p> <p>Esses tipos são conhecidos, respectivamente, como</p> <p>(A) derivado, subjetivo e dependente.</p> <p>(B) misto, permissivo e aberto.</p> <p>(C) aberto, fechado e subjetivo.</p> <p>(D) permissivo, aberto e misto.</p> <p>(E) em sentido amplo, aberto e total de injusto.</p>	<p>56. Também ocorre o crime de corrupção passiva quando o funcionário público</p> <p>(A) recebe, para si, diretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.</p> <p>(B) exige, para outrem, indiretamente, antes de assumir sua função, mas em razão dela, vantagem indevida.</p> <p>(C) desvia, em proveito próprio, qualquer dinheiro ou valor público de que tem a posse em razão do cargo.</p> <p>(D) se apodera, em proveito de terceiro, de dinheiro ou valor, embora não tenha a posse deles, valendo-se de sua função pública.</p> <p>(E) oferece vantagem indevida a outro servidor público para determiná-lo a praticar ou omitir ato de ofício.</p>
<p>54. Em matéria de culpabilidade, são consideradas causas dirimentes, entre outras,</p> <p>(A) a idade inferior a 18 anos e o estrito cumprimento do dever legal.</p> <p>(B) a obediência hierárquica e o exercício regular do direito.</p> <p>(C) o erro de proibição e o desenvolvimento mental incompleto ou retardado.</p> <p>(D) a embriaguez fortuita completa e o estado de necessidade próprio.</p> <p>(E) o exercício regular do direito e o estrito cumprimento do dever legal.</p>	<p>57. Uma das características, entre outras, dos processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos é a</p> <p>(A) possibilidade de a defesa prévia substituir a defesa preliminar, desde que apresentada dentro do prazo de 10 (dez) dias da citação.</p> <p>(B) aplicabilidade desse procedimento a qualquer crime afiançável ou não, desde que praticado por funcionário público em sua função.</p> <p>(C) resposta preliminar que o acusado, devidamente notificado, pode apresentar em 15 (quinze) dias da notificação.</p> <p>(D) quantidade de testemunhas a serem arroladas pelas partes nesses crimes funcionais, que não podem exceder a 5 (cinco).</p> <p>(E) rejeição da denúncia quando o juiz se convencer, após a defesa prévia, de alguma excludente de culpabilidade.</p>

58. Em matéria de prisão em flagrante, considere as afirmações abaixo.

- I. O flagrante próprio é aquele em que o agente é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas ou objetos que façam presumir ser ele o autor da infração.
- II. Ocorre o flagrante obrigatório sempre que qualquer do povo ou agentes policiais prenderem quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- III. O flagrante impróprio ocorre quando o agente é perseguido logo após o ilícito, em situação que faça presumir ser ele o autor da infração.
- IV. No flagrante esperado a polícia aguarda e observa a atuação do agente, sem ocorrer indução ou provocação de crime, sendo que não é admitida a prisão em flagrante quando tratar-se de flagrante preparado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

59. No que se refere ao exame de corpo de delito e às perícias em geral, é certo que

- (A) a perícia poderá ser suprida pela confissão do acusado, quando não for possível o exame de corpo de delito no cadáver.
- (B) a autoridade, no caso de exumação, poderá realizar a diligência em qualquer momento e sem prévio aviso.
- (C) será permitido apenas o exame de D.N.A., por ser mais eficiente, quando houver dúvida sobre a identidade do cadáver exumado.
- (D) a autópsia será feita pelo menos 6 (seis) horas depois do óbito, salvo se os peritos, pela evidência dos sinais da morte julgarem que possa ser feita antes daquele prazo.
- (E) são sempre imprescindíveis, nos casos de morte violenta, os exames externos e internos.

60. Em sede de *habeas corpus*,

- (A) observa-se que, pela natureza da jurisdição, não pode ser concedido de ofício, mas sim apenas por provocação do paciente ou seu representante.
- (B) se o paciente sofrer apenas ameaça de coação ilegal é caso de *habeas corpus* preventivo, com expedição de salvo-conduto.
- (C) será admitida a liminar, bastando prova de que o paciente seja primário e sem antecedentes criminais.
- (D) será ele cabível para o trancamento de inquérito policial, mas não de ação penal, após ter sido recebida pelo juiz.
- (E) existindo vício na apreciação da prova, será ele instrumento hábil para o exame aprofundado do conjunto probatório.

PROPOSTA PARA PROVA DISCURSIVA

Noticiários dão conta, freqüentemente, de situações em que se encontram, em todos os níveis, indícios de abuso do poder econômico – no sentido de cooptar votos em troca de benefícios –, quando não de corrupção e de fraudes, que maculam a lisura dos pleitos.

Se “todo o poder emana do povo” e a soberania popular se faz exercer “pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos” – assim estipula o preceito legal – como pode o cidadão brasileiro ver respeitados seus direitos, tanto os sociais quanto os políticos, sem que os candidatos se beneficiem do poder econômico de que desfrutam?

Desenvolva um texto dissertativo em que você exponha sua opinião a respeito da questão, baseando-se em argumentos pertinentes e concluindo de forma coerente.

